AVANÇOS E DESAFIOS

dos fundos solidários da Região Centro-Oeste



Centro de Estudos e Assessoria

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

CENTRO DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CEA)
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVANÇOS E DESAFIOS

dos fundos solidários da Região Centro-Oeste

Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste

Brasília, 2016



Copyright © by Centro de Estudos e Assessoria (CEA), Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego e Previdencia Social

Todos os direitos reservados – 1ª edição

DIRETORIA-EXECUTIVA

Diretor Presidente

Ademar de Andrade Bertucci

Diretora Administrativa

Adenilce Maria de Araujo Silva

Diretor Secretário

Paulo Henrique de Morais

CONSELHO FISCAL

Edilberto Sebastião D. Campos

José Boaventura Teixeira

Ronal Acioli Silveira

EQUIPE DO PROJETO

Coordenação-Executiva

Synara de Almeida

Agentes de Finanças Solidárias

Alexandro da Silva Souza (MS)

Rodrigo Nantes (MS)

Miguelina Martinha (MT)

Dalva Nascimento (MT)

Cláudia Lima (GO)

Paulo Moraes (DF)

Elkin Páez (DF)

Consultoria

Aldeia Mundo

Elaboração do texto

Cláudia Lima, Marcelo Inácio de Sousa, Synara de Almeida e Simone Fonseca

EQUIPE CT COMUNICAÇÃO

Direção de arte, projeto gráfico, ilustrações e diagramação

Clayton Gonçalves

Revisão dos textos

Yana Palankof

Projeto: Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste

Convênio CEA/MTE/SENAES 793008/2013

Centro de Estudos e Assessoria (CEA)

SGAN | 914 | conjunto F | casa 1 | Asa Norte | Brasília-DF | CEP: 70.790-140

www.centrodeestudoseassessoria.org.br

Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho I

Esplanada dos Ministérios | bloco F | 3ª andar | sala 331 | Brasília-DF | CEP: 70056-900

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

INTRODUÇÃO 6

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE 8

1.1 – O retrato da Região Centro-Oeste 8

1.2 – Economia a serviço do capital e a luta por uma ECONOMIA a serviço da VIDA 9

1.3 – Viver e conviver de modo sustentável e solidário: como isso vem sendo possível? 11

CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE 13

2.1 – O que é desenvolvimento territorial sustentável? 13

2.2 – Mapa das iniciativas de economia solidária na Região Centro-Oeste 15

2.3 – O retrato dos FS acompanhados na segunda fase do projeto – o que se revela? 16

2.4 – Forma de organização dos FS no Centro-Oeste por meio dos territórios 18

i) Território de produção, comercialização e consumo (DF) 20

ii) Território de arte, cultura e tradição (DF) 21

iii) Território de produção, comercialização e consumo (GO) 22

iv) Território de agricultura familiar em assentamentos e comunidades tradicionais (GO) 23

v) Território de fomento à economia solidária (MT) 24

vi) Território da cadeia de artesanato (MT) 24

vii) Território do corredor agroextrativista (MS) 25

viii) Território de fomento à economia solidária (MS) 26

CAPÍTULO 3 – PARTICULARIDADES E CONVERGÊNCIAS DOS FS DO CENTRO-OESTE 27

CAPÍTULO 4 – FUNDOS SOLIDÁRIOS E SUA TRAJETÓRIA DE AVANÇOS 30

4.1 – Reconhecimento dos FR dentro das Finanças Solidárias **31**

4.2 – Identificação das iniciativas de FS na Região Centro-Oeste **32**

4.3 – Visibilidade dos FS **32**

4.4 – Crescimento de iniciativas de FS **32**

4.5 - Apropriação do debate sobre finanças solidárias e instrumentos para gestão financeira **33**

4.6 – Incidência no processo de desenvolvimento territorial e sustentável **34**

4.7 – Captação de Recursos: abertura de editais para FS **35**

4.8 – Empoderamento de mulheres, juventude, comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores/as familiares e indígenas na construção dos FS **36**

4.9 – Fomento para formação e aquisição de matéria-prima **37**

4.10 – Protagonismo perante aos governos **37**

4.11 – O processo de formação e assessoramento técnico **38**

4.12 – Abertura de editais específicos de apoio e fomento aos FS **39**

4.13 – Fortalecimento e consolidação da rede nacional e das redes locais/estaduais **42**

CAPÍTULO 5 – ATUAÇÃO EM REDE **43**

5.1 – O que é rede? **43**

5.2 – Rede Nacional de Fundos Solidários **44**

5.3 – Eixos de ação da rede nacional **45**

5.4 – O papel dos atores e atrizes dos FS em uma articulação em redes. Nas iniciativas de fundos solidários destacam-se os atores e atrizes que desempenham papéis que constroem um novo jeito de organizar e distribuir recursos monetários e não monetários **46**

CAPÍTULO 6 – FUNDOS SOLIDÁRIOS E SEUS DESAFIOS **47**

6.1 – Desafios **47**

6.2 – Principais demandas **48**

6.3 – Diversidades **49**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **50**

REFERÊNCIAS **51**

Apresentação

Esta cartilha é resultado de uma das proposições previstas pelo projeto Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste (FS-CO). A preocupação inicial: publicar, ao final do projeto, uma síntese de "achados" que poderiam permitir, como um balanço, socializar para as bases do movimento da economia solidária e para um público maior as reflexões e os acúmulos desse período.

Ao final desse projeto, há duas grandes constatações:

1. Os fundos solidários no Centro-Oeste fazem parte de um esforço maior de iniciativas de fortalecimento da economia solidária na região e no país. Por isso esta cartilha se reporta aos esforços conjuntos nesse período para a construção dos Planos Estaduais de economia solidária das redes e cadeias produtivas identificadas a partir de exercícios de "territorialização" em processo de articulação econômica e de "incidências" políticas perante os governos locais. Os esforços significaram maior integração entre ações de finanças solidárias, comercialização, processos educativos e lutas para maior visibilidade institucional da economia solidária, como os conselhos estaduais e o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), nosso sistema de identidade legal.

2. Os fundos solidários, como instrumento de gestão dos recursos (financeiros ou não), têm papel estratégico próprio. Neste projeto, o desafio materializou-se no processo de diagnóstico, formação, definição de ações específicas de planejamento participativo das atividades coletivas dos fundos solidários. Seus Planos de Desenvolvimento (PDs) trazem as principais demandas, as estratégias propostas e o planejamento de ações territorializadas dos trinta empreendimentos e/ou redes participantes do projeto.

Considerando que o maior desafio permanece – a articulação regional do bioma Cerrado como forma de luta por sua preservação, cada vez mais ameaçada –, algumas estratégias foram aventadas neste final de projeto. Elas estão aqui apresentadas.

Considerando que a emergência do tema fundos solidários é muito recente no Centro-Oeste, o contexto de finanças solidárias no âmbito territorial e a percepção de outro desenvolvimento que não o predatório, percebemos que ainda há muito o que caminhar, pois "caminhante, não há caminho, caminho se faz ao andar" (Antônio Machado, poeta espanhol).

Esses "caminhos trilhados" contaram com a participação das lideranças não apenas dos trinta empreendimentos ou redes. Vários outros protagonistas colaboraram: empreendimentos (como o de catadores de materiais recicláveis), entidades de apoio e fomento, gestores públicos. Destaque especial para nossos agentes animadores regionais, estaduais e territoriais, cujo papel de militância garantiu novos "passos" na autodeterminação da economia solidária no Centro-Oeste.

Ademar Bertucci – *Diretor Presidente do Centro de Estudos e Assessoria (CEA)*

Introdução

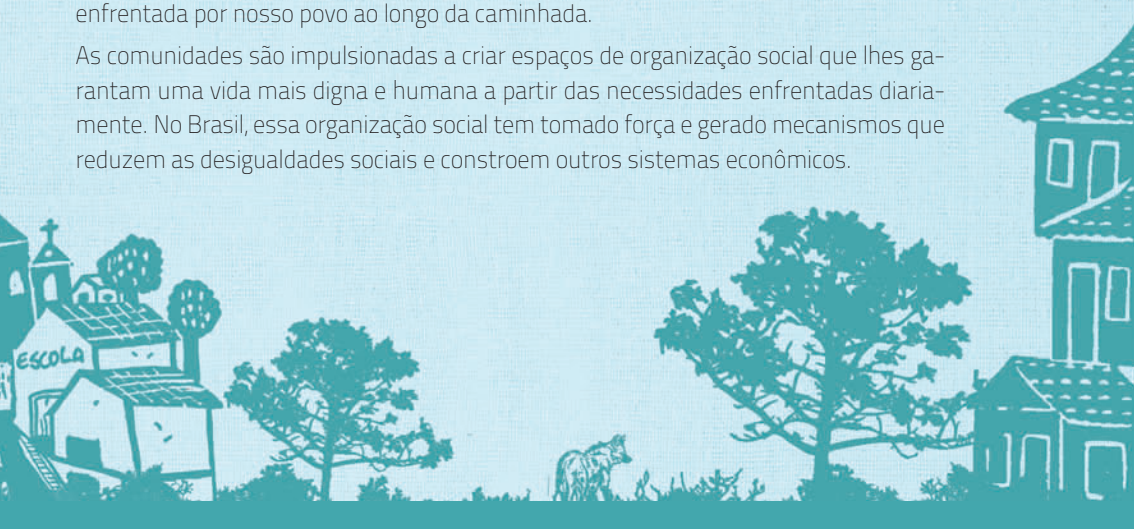
'Não basta saber ler mecanicamente que 'Eva viu a uva'.
É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social,
quem trabalha para produzir a uva e
quem lucra com esse trabalho".

Paulo Freire nos provoca a pensar quais são os direitos negados a Eva e a tantos trabalhadores; ainda nos questiona sobre o atual sistema capitalista, que se hospeda e suga a força e a organização da classe trabalhadora deste país.

Com a proposta de contribuir para a transformação dessa dura realidade, aconteceu entre 2014 e 2016 o projeto Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste, desenvolvido pelo CEA por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MTb). Durante o período foram promovidas atividades para a construção dos Planos de Desenvolvimento (PDs) com o propósito de fortalecer as comunidades, os empreendimentos econômicos solidários e as iniciativas de fundos solidários.

Nessas atividades tivemos a oportunidade de dialogar com as comunidades, as iniciativas de economia solidária e os fundos solidários sobre os avanços e os desafios dos fundos solidários da Região Centro-Oeste, os quais apresentamos nesta publicação. Esses avanços e desafios são um "dedo de prosa", resultado de horas de escuta do trabalho em campo e uma provocação para olharmos com atenção para a realidade enfrentada por nosso povo ao longo da caminhada.

As comunidades são impulsionadas a criar espaços de organização social que lhes garantam uma vida mais digna e humana a partir das necessidades enfrentadas diariamente. No Brasil, essa organização social tem tomado força e gerado mecanismos que reduzem as desigualdades sociais e constroem outros sistemas econômicos.



Para atender às necessidades das comunidades é preciso pensar formas coletivas que garantam seus direitos e outro tipo de desenvolvimento. Os trabalhadores do campo e da cidade inseridos nas iniciativas econômicas solidárias têm vivenciado princípios que apontam para o desenvolvimento territorial, socioeconômico e sustentável, embasado na cooperação, na autogestão, na democracia, na solidariedade e no respeito ao meio ambiente.

As iniciativas brasileiras de economia solidária surgem no século XX como resposta ao processo de exclusão e exploração do mundo do trabalho gerado pelo sistema capitalista. São uma forma eficaz e inovadora de gerar trabalho, renda e inclusão social.

Ao longo da história brasileira, a economia solidária conquistou avanços em sua organização política quando definiu como estratégia a criação de fóruns e redes. Isso remonta os anos 1980, com o surgimento de iniciativas de apoio à organização das iniciativas econômicas solidárias, tais como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), incentivados pela Cáritas Brasileira, e à cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), entre algumas outras. Mesmo com o avanço de algumas políticas de incentivo para iniciativas como essas, a grande massa de trabalhadores enfrentou grandes desafios para a estruturação da economia solidária e, em especial, dos fundos solidários. Muitos fatores culturais e burocráticos desafiaram o trabalho coletivo e o alcance de uma viabilidade econômica.

Nesse sentido, esperamos que as próximas páginas possam contribuir para o debate dos avanços e desafios dos fundos solidários da Região Centro-Oeste, sendo um instrumento de abertura para a discussão coletiva com as iniciativas de economia solidária e as comunidades sobre a importância dos Fundos Solidários como estratégia para o desenvolvimento territorial, socioeconômico e sustentável.

No capítulo 1 buscamos trazer o retrato da Região Centro-Oeste no que se refere ao contexto de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. No capítulo 2 trazemos o debate sobre desenvolvimento territorial sustentável e solidário para a região. Esse olhar, tanto para o território quanto para o tipo particular de desenvolvimento, é de suma importância para as finanças solidárias, porque trata da abordagem que assumimos diante do debate sobre financiamento "da economia solidária" e "para a economia solidária". Do capítulo 3 em diante trazemos os processos de reflexão, estudo e planejamento acumulados ao longo deste trabalho com os fundos solidários da região.

Outro mundo é urgente e necessário! Por isso vamos juntos na construção de um Brasil mais justo e solidário!

Boa leitura!

CAPÍTULO 1
Contexto socioeconômico da Região Centro-Oeste

1.1 O retrato da Região Centro-Oeste

Os biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia formam a diversidade que compõe o ecossistema do Centro-Oeste, marcado ainda por uma alta complexidade sociocultural, econômica e demográfica em cada um dos três estados (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e do Distrito Federal. O Centro-Oeste é a segunda maior região brasileira em território, mas também uma das menos populosas. Porém, ainda que Sudeste, Nordeste e Sul continuem sendo as regiões mais populosas, Norte e Centro-Oeste foram – disparadas – as regiões que mais atraíram pessoas nas últimas décadas. Enquanto na década de 1990 o Norte cresceu 2,86% e o Centro-Oeste 2,37%, o Sudeste cresceu apenas 1,60%, o Sul, 1,42%, e o Nordeste, 1,30% (CENSO 2000).

Parte desse resultado tem relação com a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, que começou a ser construída em 1956. A população do Distrito Federal saltou de pouco mais de 64 mil habitantes (em 1960, ano de sua inauguração) para cerca de 2,5 milhões em 2007, o que representa um aumento de aproximadamente 3.700%. Claramente esse fator influenciou o crescimento da população no Centro-Oeste, que aumentou de 2,4 milhões para 13,1 milhões no mesmo período – crescimento de 430%, mais de duas vezes maior que o aumento da população nacional (180%).

Se tomarmos como correto o objetivo de Juscelino Kubitschek de "povoar" e dar uma nova "atividade econômica" à região, o resultado foi alcançado. Mas isso se também tomarmos como correta uma visão corrente na época, de que o Centro-Oeste era "um vazio territorial, sem gente e sem atividade econômica significativa" (IPEA, 2010). A obra deu impulso ao processo de "integração" da região ao conjunto do país, com impactos diretos principalmente no crescimento do PIB.



Os impactos do crescimento, no entanto, também foram sentidos na fauna, na flora e na sobrevivência de povos e comunidades tradicionais – sim, porque o Centro-Oeste nunca foi um vazio, sem gente. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Cerrado é hoje o segundo colocado na lista dos biomas cuja biodiversidade está ameaçada de extinção, perdendo apenas para a Mata Atlântica. As maiores agressões a esse bioma foram iniciadas justamente na década de 1960. Atualmente, restam apenas 20% de sua área original.

As monoculturas extensivas (soja, milho e algodão), a pecuária extensiva de baixa tecnologia, a expansão urbana, a mineração e a invasão de terras ocupadas por diferentes povos indígenas são outros fatores de impacto sobre esse bioma. A população vive os dramas de uma região tomada pela sede do capitalismo. Sua história, particularidades e sociobiodiversidade encontram o avanço do agronegócio e da pecuária e exigem o olhar atento e cuidadoso de todos que se reconhecem pertencentes à região.

Privilegiar um novo modelo de desenvolvimento e de organização da sociedade que transforme os esforços locais e regionais em benefício da comunidade é o desafio dos movimentos e das organizações que valorizam o Cerrado como espaço de vivências, convivências, lutas e resistência.

> *Ao mesmo tempo em que existem práticas degradadoras ao meio ambiente e à vida, existe a resistência do povo, das comunidades originárias que, em sintonia com o ambiente por inteiro, vão cuidando uns dos outros nas suas mais diversas expressões. São mulheres e homens que, no seu fazer do dia a dia, preservam as águas, principalmente no Cerrado (que é chamado também de "o pai das águas") e estão fazendo acontecer outra economia centrada na vida e preservação ambiental – a economia solidária" (CARTILHA FUNDOS SOLIDÁRIOS NO CENTRO-OESTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ECONOMIA, 2013).*

1.2 Economia a serviço do capital e a luta por uma economia a serviço da vida

Vamos começar situando melhor de qual "economia" estamos falando. Para Paul Singer (2014), o termo pode ter pelo menos três significados: o primeiro é uma qualidade (usamos este significado quando afirmamos que uma pessoa é "econômica" porque é rigorosa no uso dos recursos ou valores disponíveis); o segundo é uma atividade (de onde surge a ideia de "atividade econômica", intimamente ligada à ação que gera recursos ou proporciona rendimento); e o terceiro é uma ciência (a sistematização do conhecimento gerado com base na atividade econômica). Outros significados existem, mas

para nosso exercício de identificar avanços e desafios dos fundos solidários no âmbito deste projeto, apenas um será enfatizado: a economia como atividade.

Há duas maneiras bem diferentes (entre outras) de abordar essa atividade: em uma delas a economia aparece como uma atividade individual; na outra, como uma atividade social, ou seja, "ela se realiza na sociedade porque envolve relações que se estabelecem entre as pessoas de uma comunidade, de uma cidade, de um país, do mundo, o nosso planeta" (CARTILHA ECONOMIA SOLIDÁRIA – OUTRA ECONOMIA A SERVIÇO DA VIDA ACONTECE – CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA, 2010).

Quem acredita que a economia é uma atividade individual enfatiza que a pessoa (ou indivíduo) é a menor unidade social capaz de decidir sozinha sobre tudo, dotada de consciência, racionalidade e movida por interesses próprios. Supostamente, quando vários interesses e preferências pessoais se encontram no mercado, o resultado sempre tende ao equilíbrio. Mas quem trabalha com essa visão deveria se perguntar: de onde vêm as preferências individuais? Mercado equilibrado é a mesma coisa que comércio justo? Acreditamos, assim como o economista Ha-Joon Chang (2015), que nossas preferências "são fortemente formadas pelo ambiente social". Não pode existir indivíduo sem sociedade e também não existe equilíbrio quando condições sociais são completamente diferentes.

Na economia existe uma forte relação entre as necessidades das pessoas e os recursos disponíveis para satisfazê-las. Mas equilibrar essa balança em um cenário no qual as necessidades humanas são cada vez maiores e ilimitadas e os recursos (os mais básicos) são cada vez mais limitados é um gigantesco desafio. Considerando o impacto dos seres humanos no uso dos recursos naturais e na geração de resíduos (pegada ecológica), atualmente seriam necessários um planeta e meio para suprir nossas demandas (www.pegadaecologica.org.br). Mas só temos um planeta!

A forma adotada pelas pessoas e pelas instituições econômicas, políticas e sociais para solucionar a relação entre satisfação de necessidades e disponibilidade de recursos define os sistemas econômicos. Hoje, estamos profundamente inseridos em um sistema econômico voltado inteiramente para o acúmulo de riquezas (capital). Essa economia "a serviço do capital", diante desse cenário, só pensa em continuar crescendo, produzindo, comercializando e consumindo bens e serviços, porque é preciso acumular o capital. Mas esse sistema econômico não é – e nunca foi – o único a existir. E pior: suas crises acontecem de maneira cada vez mais frequentes.

Sabemos que o sistema econômico precisa estar adequado às condições locais, ao ambiente, considerando as diversidades ecológicas e culturais das comunidades, dos povos tradicionais e das etnias. Tem de ser sustentável, a serviço da vida, orientado pelos direitos humanos e pela conquista de novos direitos. Ele não pode ser uma arma usada por poucos para explorar e expulsar as pessoas ou para esgotar o meio ambiente!



O caminho para essa sustentabilidade está na valorização das iniciativas de economia solidária. Temos constatado, como contraponto à economia do capital, que empreendimentos econômicos solidários da região (em especial aqueles que apostam nos fundos solidários) valorizam, a cada passo dado, uma **LÓGICA DE GESTÃO COMPARTILHADA DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.**

Eles rompem com a visão economicista de que qualquer recurso (humano, material, ambiental ou financeiro) deve ser convertido em moeda e gerar excedente (lucro); acreditam que recursos são meios para sustentar a vida, são aquilo de que a comunidade dispõe, que nem sempre têm preço e que estão a serviço da comunidade: uma nascente, uma horta, uma geleia, o artesanato, os materiais recicláveis, as sementes, a arte, a cultura, os saberes. E ninguém melhor para decidir sobre esses recursos do que todo mundo!'

1.3 Viver e conviver de modo sustentável e solidário: como isso vem sendo possível?

A Região Centro-Oeste tem como marca específica um forte encontro de culturas – não que outras regiões deixem de trazer na sua origem a mesma mescla, mas o encontro de biomas (três deles), tradições, origens e etnias provoca o nascimento de uma diversidade de saberes, práticas e olhares que podem dar plena vazão a iniciativas de caráter solidário e cooperativo. Muitos que aqui nasceram e muitos que aqui chegaram buscam o sentido mais profundo do bem viver.

O encontro de povos, comunidades e grupos nessa região tem levado muitos a encontrar alternativas para o bem viver. Estas se pautam em uma lógica de vivência socioeconômica diferenciada, de inclusão social, porque as relações neste lugar não são pautadas em interesses de indivíduos, mas em relações cada vez melhores entre seres humanos e com a natureza. Nesse outro sistema socioeconômico a lógica é sustentável, a natureza e os seres humanos são uma coisa só e seus recursos não são inesgotáveis. Por isso, as iniciativas econômicas dos grupos produtivos baseiam–se em uma convivência indissociável com a biodiversidade e as pessoas.

Outra economia acontece em toda a Região Centro-Oeste; mas ela existir em meio à hegemonia do capitalismo, às investidas do poder econômico e das empresas transnacionais não é nada interessante. "Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas" (CARTILHA ECONOMIA SOLIDÁRIA – OUTRA ECONOMIA A SERVIÇO DA VIDA ACONTECE; CFE, 2010).

Experiências e processos de produção de alimentos orgânicos e agroecológicos e de preservação de sementes crioulas – que preservam a cultura e a segurança alimentar e nutricional de comunidades e povos – são hoje presenciados, reconhecidos e valorizados; organizações produtivas têm trabalhado pesado para estabelecer mercados justos; lojas, centrais de comercialização e feiras têm colocado seus "frutos" para a população, sem intermediários ou filtros. Mas a transformação social virá apenas quando as iniciativas solidárias (articuladas em redes e cadeias) se espalharem e se conectarem, quando forem as linhas com as quais poderemos tecer o desenvolvimento local, solidário e sustentável.

CAPÍTULO 2

O desenvolvimento territorial sustentável do Centro-Oeste

2.1 O que é desenvolvimento territorial sustentável?

Ao iniciarmos uma conversa sobre desenvolvimento territorial sustentável, é preciso olhar primeiro para o conceito de "território". Para Rafael Echeverri (2009), o território "pode ser bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas". Há uma enorme riqueza nessa ideia. Ela faz com que a gente pense no território além do espaço geográfico (estado, município, baixada ou planalto): ele é um lugar onde a vida circula.

É no território onde é possível construir relações e tecer laços fortes de solidariedade; esses elementos são fundamentais para praticar o pensamento, a inovação, o planejamento e a execução de ações capazes de melhorar a vida da comunidade. Em um território, o espaço geográfico é o conjunto sólido de "sistemas de objetos" e "sistemas de ações" (e suas formas híbridas). São as técnicas – produtivas, agrícolas, culturais, políticas, comerciais, informativas – que nos indicam, de acordo com Milton Santos (1996), como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê. Buscamos apreender a constituição do território com base nos seus usos, no seu movimento, ele sendo um "ator", e não apenas o "palco".

O trabalho desenvolvido nos últimos anos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) tem apontado para uma



concepção holística de território, como "espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos" (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005).

Essas concepções tanto da SDT/MDA quanto de Echeverri e Milton Santos demonstram que nos territórios as comunidades têm oportunidades de se organizar para exercer plenamente seus direitos em relações de poder e para alcançar objetivos comuns que atendam às suas necessidades. São um espaço onde as pessoas podem inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para resolver os problemas da comunidade. São espaços para a prática do bem viver coletivo, onde são valorizadas as reais potencialidades socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas, onde as pessoas têm direito à voz e à vez.

As iniciativas de economia solidária da Região Centro-Oeste têm se destacado no desenvolvimento territorial socioeconômico e sustentável, muito particularmente em função das ações, que atestam um crescimento que vai além do econômico, constituído também daquilo que é socialmente justo e ambientalmente responsável.

Mas para a efetivação desse desenvolvimento é imprescindível promover e apoiar iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e a diversificação das economias territoriais, tendo por referências a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos. É urgente fortalecer a integração de ações territoriais da economia solidária, porque elas têm se afirmado como estratégias fundamentais para a dinamização socioeconômica local e territorial, na cidade ou no campo, ou mesmo ainda junto a povos e comunidades tradicionais.

São inúmeras as iniciativas solidárias encontradas nos territórios da região, mas cada uma tem sua peculiaridade, seja na diversidade cultural, seja nos seus modos de organização. Destacamos iniciativas de agricultura familiar e camponesa, cooperativas de diferentes tipos de trabalho autogestionário, centrais de comercialização, associações comunitárias, bancos comunitários, grupos de trocas solidárias, de consumo, fundos solidários, entidades de assessoria e rede de gestores públicos.

Para entender o desenvolvimento territorial com base nos valores mais elementares, os fundos solidários têm sido um relevante diferencial. É nesses espaços de organização das finanças que acontece a gestão coletiva dos recursos, monetários ou não, focada no enorme desafio da sustentabilidade e na articulação social em cada território. É por meio dos fundos solidários que a comunidade pode pensar e planejar coletivamente o autofinanciamento e as ações concretas para transformar sua realidade.

2.2 Mapa das iniciativas de economia solidária na Região Centro-Oeste

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (Sies/2013), a Região Centro-Oeste conta com o menor número de empreendimentos econômicos solidários (EES) quando comparada às demais regiões brasileiras. Do total de 19.708 EES identificados no Brasil, 2.021 foram mapeados na região: apenas 10,3% do total.

As iniciativas no Centro-Oeste organizam-se em sua maioria como associações (64,7%). O Sies identificou a existência de 175 cooperativas na região – que corresponde a 8,7% do total. Mas um número expressivo (25,9%) de iniciativas organiza-se na informalidade. Elas totalizam 524 EES. Quanto ao lugar de atuação, mais da metade dos EES (53,54%) está na área rural. Essa característica é marcante, ainda que corresponda ao perfil nacional (54,76% dos EES estão localizados na área rural). Mas essa taxa nacional é puxada pelo Nordeste, que tem o maior índice de iniciativas rurais (72,19%). Logo em seguida vem o Centro-Oeste. Outros 33,15% dos EES da região têm atuação em áreas urbanas do território, e 13,31% atuam tanto na área rural como na urbana.

Dados acerca da distribuição do público rural no Centro-Oeste revelam que, segundo o Sistema de Informações Territoriais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SIT/MDA-2010), a região possui 130.379 estabelecimentos de agricultura familiar. Nesse sistema é identificada a existência de 81 comunidades de remanescentes de quilom-



bolas, 97.499 pessoas estão em assentamentos da reforma agrária, 25.221 pessoas estão em terras indígenas e 9.151 são pescadores (75%) e pescadoras (25%).

No que tange à pobreza na região, as informações do IBGE (2010) indicam que existe um contingente de 276.653 pessoas em situação de extrema pobreza. São 164.650 vivendo em áreas urbanas e 110.232 em áreas rurais. No Centro-Oeste, o Programa Bolsa Família está beneficiando 744.851 pessoas.

Ao analisar ações voltadas ao público da economia solidária, é perceptível na região a execução de projetos por meio de organizações da sociedade civil e do poder público – são projetos apoiados pela Senaes/MTb. Mesmo com a existência de programas, políticas públicas e projetos, é possível notar que ainda permanecem dificuldades diversas para que este público consiga acessar os benefícios. E isso se deve a uma série de motivos, que vão desde a falta de conhecimento sobre a existência da política até as dificuldades operacionais do próprio poder público em propiciar melhores condições para o controle social, ou mesmo a deficiente instrumentalização dos projetos, dos programas e das políticas existentes (BARCELLOS, 2015).

O Sies 2010/2013, ao avaliar os avanços e os desafios no âmbito da economia solidária em todo o país, identifica junto aos EES que os maiores desafios dizem respeito à geração adequada de renda para os sócios e a viabilidade econômica dos próprios EES. Por sua vez, a integração coletiva, a renda e a prática da autogestão e da democracia são as principais conquistas.

2.3 O retrato dos FS acompanhados na segunda fase do projeto – o que se revela?

O projeto FS-CO retorna (nesta segunda fase) adotando a premissa do desenvolvimento local, solidário e sustentável como referencial de desenvolvimento humano. Parte-se do princípio de que esse tripé promove um desenvolvimento socioeconômico que redistribui seus frutos, preserva a natureza, combina desenvolvimento humano e economia solidária, promove a autogestão e prospera com o suporte de tecnologias sociais.

A economia solidária, no projeto, é o sistema socioeconômico (vale ressaltar: social e econômico) que desenvolve potencialidades, fazeres e saberes das pessoas, reinventando relações e processos de trabalho e troca fundadas na diversidade, no associativismo solidário, no exercício da autogestão e da democracia, no compromisso com a comunidade local. Acredita-se que o trabalho educativo emancipatório é inerente a todos esses elementos.

O mapeamento dos FS da região, realizado em 2013 com o apoio da Senaes/MTb, identificou 92 iniciativas de fundos – parte rotativos, parte de fomento. A pesquisa apontou

que muitas iniciativas tinham atuação isolada, sem uma necessária articulação para assegurar sustentabilidade e superar os desafios do sistema econômico vigente.

Foi considerando esse quadro que o projeto se propôs, nesta fase, a apoiar e a fomentar os FS da região de forma articulada em redes territoriais, mediante um processo formativo permanente, fundamentado na cooperação e na autogestão. A lógica do fomento às redes visa aprofundar e fortalecer a ação e as lutas coletivas de atores locais e regionais, aumentando sua capacidade socioprodutiva e a sustentabilidade político-financeira. A formação, o fortalecimento da gestão e a criação de redes são estratégias de articulação permanente com fóruns de economia solidária da região, com as entidades de fomento e com os gestores públicos comprometidos com a temática.

O maior desafio do projeto tem sido buscar instrumentais e estratégias socioeducativas e estruturantes, em especial para os empreendimentos mais fragilizados pelo sistema econômico capitalista e que têm, consequentemente, suas tentativas de autopoupança abaladas, por um lado, pela lógica do sistema e, por outro, pelas deficiências internas na administração. Buscou-se favorecer, por meio da elaboração dos Planos de Desenvolvimento (PD) para os territórios, o acesso a um diagnóstico profundo dos EES/FS capaz de indicar caminhos para a estruturação das redes territoriais solidárias de cooperação.

A fim de estabelecer a plataforma para a definição dos FS que seriam acompanhados, tomamos por base o mapeamento realizado em 2013 e optamos pela garantia da diversidade dos envolvidos: indígenas, quilombolas, agricultores, artesãos, grupos de mulheres, de jovens, artísticos e culturais. Nesse sentido, o projeto propôs-se a atender trinta fundos na região com o intuito de promover nos diversos territórios o fortalecimento dos grupos organizados e suas modalidades de fundos.

Todo o processo educativo, de qualificação, fortalecimento da gestão e criação de redes tem contado com o apoio de uma coordenação regional, com consultoria técnica especializada e com agentes locais que assumem (em cada estado) o papel de articulador e formador. O projeto conta ainda com o apoio político do Comitê Gestor Regional – que no seu primeiro encontro (em março de 2014) colocou como expectativa o fortalecimento das bases e a articulação a partir do espaço dos fóruns estaduais.

Outro importante espaço de troca de experiências e fortalecimento de iniciativas foram os Comitês Nacionais de Fundos Solidários e de Finanças Solidárias: ambos reúnem tanto representantes das iniciativas de FS e demais finanças solidárias (principalmente bancos comunitários e cooperativas de crédito) quanto de entidades de apoio, governo e universidades.

O processo de definição dos 30 FS do Centro-Oeste teve como partida o primeiro mapeamento, mas as primeiras visitas em alguns dos empreendimentos escolhidos foram revelando que nem todos os grupos vinham mantendo ações voltadas ao fluxo do FS

e/ou se encontravam em processos internos diversos, alguns deles preferindo, inclusive, não assumir novas demandas naquele momento. Na região também nos deparamos com experiências de Fundos que se constituíram em consequência do processo formativo ainda da primeira fase da política de finanças solidárias da Senaes/MTb.

2.4 Forma de organização dos FS no Centro-Oeste por meio dos territórios

Os territórios reúnem saberes dos lugares e das pessoas em terras comuns que ao longo de sua história ganharam novas relações na cultura, na produção, na educação e na comercialização. O Centro-Oeste agrupa tudo isso em contraponto ao predomínio do desenvolvimento devastador, concentrado em grandes áreas de produção de soja, milho, arroz, feijão, sorgo, algodão e tomate, além da expressiva criação de animais, especialmente bovinos de corte e de leite.

Mesmo com o embate em relação ao "crescimento" que tem inviabilizado as iniciativas de economia solidária nessa região, destacamos a importância e o avanço das ações do Projeto FS-CO em trinta iniciativas nos territórios dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal.



As iniciativas de FS na região resistem por meio de ações que apoiam financeiramente práticas produtivas coletivas com compromissos devolutivos voluntários, considerando possíveis formas (flexíveis) de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços. Encontramos diversas iniciativas de Fundos que têm melhorado a vida de suas comunidades: são bancos de sementes, poupanças coletivas, bazares, recuperação de nascentes e várias outras.

O trabalho com os FS-CO durante o percurso do projeto permitiu o aprendizado sobre os desafios comuns, os propósitos e as vocações que se complementam, a afinidade na relação de ajuda. Esses e outros fatores foram desenhando gradativamente a compreensão sobre os territórios e suas latências. Foram meses de diálogo, oficinas estaduais e visitas, identificando modelos nem sempre muito visíveis de imediato, nem sempre claramente explicitados. A construção do Plano de Desenvolvimento (PD) partiu dos fundos solidários e da rotina das iniciativas de produção, estudou a história, missões, visões, pontos fortes e fracos, públicos de interesse, valores, oportunidades e ameaças.

Debatemos a vocação socioeconômica presente no planejamento inicial dos fundos em perspectiva, especialmente quando nos defrontamos com a chamada pública para o Prêmio Boas Práticas de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Diante de premiações "individuais" de R$ 20 mil e 50 mil nos perguntamos pela primeira vez: e se nossa rede apresentasse sumários particulares, mas pensasse como coletivo? Quanto recurso seria possível conquistar para o projeto da rede se diversos empreendimentos fossem "individualmente" premiados? Então não seria mais um grupo produtivo a levantar recursos de acordo com suas demandas, mas um grupo de empreendimentos levantando recursos para propósitos "diferentes", conectados entre si por um plano de desenvolvimento coletivo.





Cada território tem uma vocação socioeconômica identificada, algo que se apresenta como característica marcante que orienta a lógica de aproximação dos empreendimentos. Uma parte dos territórios traz uma vocação mais focada em um dos processos socioeconômicos ou mais (a produção, a comercialização, as finanças, ou mesmo a dinâmica cultural). Outros, porém, em função da complexidade já percebida, apontam para o desenvolvimento da rede solidária (MANCE, 2002), e tudo está profundamente integrado.

Cada um deles, no PD, tem ações a desenvolver, etapas no curto, no médio e no longo prazos. Nessa lógica, pensando linhas articuladas de atuação, os empreendimentos irão se reunir para pensar – juntos – seu desenvolvimento na perspectiva das finanças solidárias. Na sequência, destacamos a organização dessas iniciativas por estados e seus respectivos territórios:

i) Território de produção, comercialização e consumo (DF)

O território reúne empreendimentos e pessoas em torno da estratégia de comercialização dos produtos da ecosol em mostras, feiras e pontos fixos. É a articulação mais antiga do Distrito Federal e envolve diversas cidades satélites e do entorno, mas passou por períodos de grande desmobilização. Atualmente, três estratégias principais colaboram para a dinâmica do território: o Circuito Ecosol DF, a Rota do Artesanato e as feiras da Rede Ver Te Brasília. De maneira transversal, as temáticas de gênero, da agricultura familiar e das finanças estão bastante presentes na dinâmica, mesmo que o foco seja a relação entre produção, comercialização e consumo. O perfil do território ainda é fortemente ligado ao artesanato, predominantemente urbano e feminino. A incidência do Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno (FESDFE) na mobilização deste território aproximou os campos da "saúde mental" e da "população de rua", em particular por intermédio do debate da inclusão pelo trabalho. Outro eixo de mobilização envolve empreendimen-



tos da agricultura familiar. Está no horizonte do território a multiplicação do circuito nas cidades satélites e a estruturação de cinco pontos fixos de comercialização por meio do projeto Ações Integradas do Governo do Distrito Federal.

ABRANGÊNCIA: Ceilândia, Novo Gama, Itapoã, Taguatinga, Samambaia, Planaltina, Sobradinho e Luziânia.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: circuito de feiras e pontos fixos de comercialização.

RAMOS: artesanato, vestuário e alimentação.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Cooperveste (Cooperativa de Produção de Vestuário e Modas), Rede Pequi de Comercialização Solidária, Instituto Maria do Barro, Associação dos Artesãos de Luziânia, Ecoagrovila Renascer e Família Hip-Hop.

ii) Território de arte, cultura e tradição (DF)

O território reúne empreendimentos e pessoas em torno da estratégia cultural – campo para a expressão das tradições, do artesanato, do grafite, da música, da poesia e do teatro. É um espaço de articulação de empreendimentos econômicos solidários, associações culturais e coletivos que possuem focos semelhantes a partir das experiências vividas por esses grupos e comunidades no cotidiano do Distrito Federal e Entorno. Tem uma forte conexão com os coletivos de jovens que levantam a bandeira do hip hop (cultura) e se agrupam na música (rap), na dança (break) e na arte urbana (grafite), mas se expandem também para os setores da moda e da poesia. No Distrito Federal, o território de arte, cultura e tradição mantém no horizonte o projeto de educação popular: uma escola de formação política com as raízes plantadas na luta pelos direitos humanos e pela terra.



ABRANGÊNCIA: Santa Maria, Samambaia, Planaltina, Ceilândia e Luziânia.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: promoção da cultura e da educação.

RAMOS: vestuário, música, grafite, formação, artesanato, poesia e teatro.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Família Hip-Hop, Associação dos Artesãos de Luziânia e Instituto Maria do Barro.

iii) Território de produção, comercialização e consumo (GO)



O território integra os empreendimentos econômicos solidários que compõem a Rede Berço das Águas, que possui um ponto fixo de comercialização no centro de Goiânia-GO, em parceria com a Prefeitura Municipal. A Rede engloba atualmente iniciativas dos municípios de Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás e Niquelândia, além da capital, mas tem planos para envolver empreendimentos de outros municípios porque está intimamente ligada à articulação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES). Mas o território envolve também outros empreendimentos indiretamente relacionados à Rede, em uma estratégia de aproximação com o campo da agricultura familiar (Apro-Bom), das finanças (Banco Comunitário Pequi) e da tecelagem (ACAA). A potencialidade do território é a facilidade para os grupos comercializarem em dois grandes centros urbanos (Goiânia e Anápolis). Mas o desafio é garantir a regularidade na produção e o fluxo até os pontos fixos e as feiras. A loja da Berço das Águas congrega produtos e serviços de 15 empreendimentos econômicos solidários (associações, cooperativas e grupos informais) no estado. No horizonte do território também estão as iniciativas de formação política.

ABRANGÊNCIA: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Niquelândia, Nazário, Anápolis e Iporá.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: circuito de feiras e pontos fixos de comercialização.

RAMOS: artesanato, vestuário, tecelagem, alimentação e serviços.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Bom Sucesso (Apro-Bom), Associação Cultural e Artística de Anápolis (ACAA) e Rede Solidária Berço das Águas.

iv) Território de agricultura familiar em assentamentos e comunidades tradicionais (GO)



O território envolve assentamentos rurais e comunidades tradicionais do norte de Goiás e é marcado pela escassez hídrica e pela infraestrutura mínima para a produção das famílias, pelo avanço do agronegócio e da mineração. Os agricultores enfrentam problemas para romper as barreiras da produção regular de alimentos e de acesso aos mercados das compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). Como potencial o território se destaca com o acervo histórico-cultural que as comunidades mantêm vivo, com festas e danças como a suça (dança tradicional dos quilombolas), a folia de reis e outras festas religiosas, além do resgate do cultivo das sementes crioulas.

ABRANGÊNCIA: Iaciara, Campinaçu, Flores de Goiás, Minaçu e Porangatu.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: produção agrícola, beneficiamento e comercialização (acesso ao PAA e PNAE).

RAMOS: produção de alimentos.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Associação Novo Progresso (Assentamento Canaã), Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Levantado do Município (Iaciara-GO) e Grupo de Produção Solidária Gengibral (Campinaçu-GO).

v) Território de fomento à economia solidária (MT)



O território da Rede de Fomento à Economia Solidária agrega uma diversidade muito rica de iniciativas urbanas, rurais, indígenas e tradicionais. A riqueza de experiências vai do campo dos serviços ambientais (recuperação de nascentes e coleta de materiais recicláveis) ao campo das finanças solidárias, em uma relação muito imbricada com a produção de alimentos, o artesanato, a confecção e a formação. Justamente a formação continuada sobre economia solidária e a articulação das iniciativas em torno de um fundo solidário têm fortalecido, neste território, as ações que estão transformando a realidade local. A mobilização das iniciativas ainda traz uma relação próxima com o debate sobre as bacias hidrográficas. No horizonte do território estão a estruturação e o fortalecimento da Rede UVA como pivô para o fomento à multiplicação de fundos solidários (metodologia e prática).

ABRANGÊNCIA: Tangará da Serra, Rondonópolis, Jangada, Barra do Bugres e Juína.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: finanças solidárias.

RAMOS: serviços ambientais, produção de alimentos, formação, finanças, confecção e artesanato.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Rede Solidária Unidos Vivendo em Ação (UVA), Grupo de Catadores Nova Conquista, Fundo de Recuperação de Nascentes de Rondonópolis, Grupo de Mulheres Indígenas Jakuí e Fundo Solidário Boa Esperança.

vi) Território da cadeia de artesanato (MT)



O território tem como característica comum a produção de artesanato referenciado na valorização da cultura regional e do bioma Cerrado, utilizando como matéria-prima tecidos, madeira e sementes, entre outros elementos. São iniciativas de economia solidária rurais e urbanas integradas na região denominada Baixada Cuiabana, vinculadas também pela Central de Comercialização de Cuiabá-MT – um espaço que agrega ações de formação, finanças, produção,

comercialização e consumo das iniciativas de economia solidária, contribuindo também para a visibilidade e a comercialização de produtos e serviços. No mesmo território estão sensibilizadas e mobilizadas iniciativas de fomento à economia solidária, dedicadas à estruturação dos empreendimentos e ao fortalecimento dos fundos solidários.

ABRANGÊNCIA: Cuiabá, Chapada, Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Brasnorte.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: finanças, produção, comercialização e consumo.

RAMOS: artesanato, confecção e alimentação.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Central de Comercialização Solidária de Cuiabá, Jovens Vivendo no Campo, Associação Resgatando Cidadania, Grupo de Mulheres da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA) – Núcleo de Nossa Senhora do Livramento.

vii) Território do corredor agroextrativista (MS)

Neste território, os empreendimentos econômicos solidários estão integrados (direta ou indiretamente) pelo desenvolvimento de atividades agrícolas e extrativistas, potencializadas pelo beneficiamento dos alimentos. Viveram processos de implementação de boas práticas de manejo extrativista, de recuperação de áreas degradadas e de ações contra a desertificação, muito particularmente voltados para quatro espécies nativas do Cerrado: o cumbaru ou baru (chamado de castanha-do-cerrado), o pequi, a bocaiúva e o jatobá. Mas os programas desenvolvidos no território para a estruturação da linha de produção de alimentos sofreram alguns reveses. Atualmente a cultura agroextrativista se potencializa com a produção, a comercialização e o consumo de alimentos como o frango com pequi, os pães e os bolos de baru e as polpas de frutas orgânicas. A comercialização alimenta o fluxo de recursos que dinamiza pequenos fundos solidários nos empreendimentos, dando autonomia financeira e abrindo caminho para um desenvolvimento territorial socioeconômico sustentável.



ABRANGÊNCIA: Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Bonito, Nioaque, Bodoquena, Anastácio, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Terenos.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: produção agrícola, extrativismo sustentável, beneficiamento e comercialização (acesso ao PAA e PNAE).

RAMOS: agricultura e extrativismo.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Associação das Mulheres do Assentamento Monjolinho (Amam), Grupo de Mulheres Cumbaru Sustentável, Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues, Associação dos Moradores da Aldeia Cabeceira e Associação Hanaiti Yomomo.

viii) Território de fomento à economia solidária (MS)

O desenvolvimento deste território passa pelo fortalecimento da Central de Comercialização da Economia Solidária de Campo Grande-MS, um ponto fixo de comercialização bem no centro da capital, conquista que já completa dez anos de história. O território de fomento à economia solidária tem o objetivo de promover a economia solidária em seus quatro eixos: produção, comercialização e consumo; formação; finanças solidárias; e fortalecimento do marco legal. Em torno da Central articulam-se iniciativas conectadas com esses eixos (produtores, fundos, bancos comunitários, formadores). A própria Central desenvolve atividades de formação, é espaço de comercialização, mobiliza o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES) e gesta dois fundos solidários. Mas é no seu potencial de articulação que está a fortaleza para a consolidação da rede solidária no território.



ABRANGÊNCIA: Ponta Porã, Dourados e Campo Grande.

PRINCIPAL ESTRATÉGIA: comercialização, agricultura, finanças e formação.

RAMOS: produção, comercialização, formação e finanças solidárias.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: Banco de Sementes Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues, Banco de Sementes do Assentamento Itamarati II, Centro Público de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande e Fundo Rotativo Solidário Banco Comunitário Pirê (Associação Mulheres em Movimento).

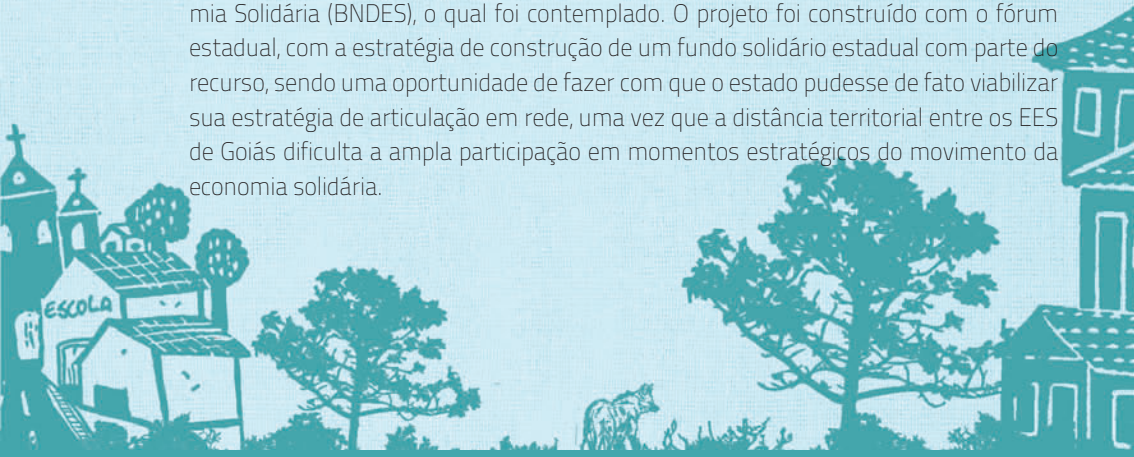
CAPÍTULO 3

Particularidades e convergências dos FS do Centro-Oeste

O quadro apresentado anteriormente revela a diversidade e ao mesmo tempo as convergências encontradas nas iniciativas acompanhadas na região. Muitos dos grupos estão na área rural e valorizam a terra numa relação de troca e respeito, são compostos e gestados por mulheres, têm a produção artesanal como base do processo produtivo, de afirmação cultural e de história do seu povo. São também comunidades tradicionais que imprimem nas relações socioeconômicas sua própria dinâmica e ensinam que tradição, valores e costumes de um povo, que têm nos processos coletivos sua grande virtude, não podem ser considerados coisas do passado. Esses são os elementos que dão o "tom" que os diferencia de uma sociedade baseada no individualismo e na acumulação.

EM GOIÁS FORAM ACOMPANHADOS SEIS GRUPOS, que desenvolvem atividades nas áreas de agricultura familiar, cultura e artesanato, com base em processos coletivos, buscando valorizar os saberes e os fazeres da comunidade. Destes, um é a Rede de EES de Goiás, batizada de Rede Berço das Águas.

A Rede nasceu na perspectiva de articular os esforços e as iniciativas dos diversos EES existentes no Estado de Goiás e como uma estratégia de comercialização e de fomento via fundo solidário. Em 2015, um dos empreendimentos que integra a Rede, a Aprobom, encaminhou um projeto construído coletivamente ao Prêmio Boas Práticas de Economia Solidária (BNDES), o qual foi contemplado. O projeto foi construído com o fórum estadual, com a estratégia de construção de um fundo solidário estadual com parte do recurso, sendo uma oportunidade de fazer com que o estado pudesse de fato viabilizar sua estratégia de articulação em rede, uma vez que a distância territorial entre os EES de Goiás dificulta a ampla participação em momentos estratégicos do movimento da economia solidária.



EM MATO GROSSO FORAM ACOMPANHADOS DEZ GRUPOS, a maioria situada na zona rural, envolvendo comunidades tradicionais, indígenas, agricultores familiares. A diversidade de atividades desenvolvidas chama atenção, e o potencial dos grupos faz crer que as perspectivas são bastante positivas no que diz respeito ao fortalecimento dos FRS existentes, dos laços entre os membros dos grupos e do desenvolvimento da comunidade. Destaca-se o Fundo Solidário de Recuperação das Nascentes (Rondonópolis-MT), que recupera as nascentes da região em forma de mutirão.

A Rede Solidária Unidos Vivendo em Ação (Rede UVA) de Tangará da Serra revelou-se uma iniciativa exitosa do estado, tendo em vista sua lógica de gestão compartilhada e, principalmente, seu potencial agregador de diversos grupos da região em que está situada em torno do debate das finanças solidárias. A Rede reúne empreendimentos diversos em torno da proposta de fundo solidário e vem investindo esforços para que cada grupo membro da Rede crie e mantenha seu próprio fundo solidário na comunidade da qual faz parte.

A Rede UVA, como a maioria das iniciativas em economia solidária, começou tímida, mas consciente de que tinha um papel a cumprir no território em que se situa. Sua capacidade de gestão e de incidência política fez com que crescesse e se projetasse no cenário nacional como iniciativa exemplar de finanças solidárias da região. A Rede foi contemplada com o Prêmio Boas Práticas em Economia Solidária (BNDES) e sediou, em Tangará da Serra, os Intercâmbios Estadual de Fundos Solidários e o Nacional de Finanças Solidárias, que reuniram outras iniciativas de fundos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário. Tem participado de eventos nacionais divulgando a experiência e tornando-se referência de ação em rede para os fundos solidários. A Rede vem se desafiando a debater e a avançar em seus processos internos (gestão do fundo) e na sua capacidade de incidir cada vez mais no contexto político da economia solidária no estado e na região.

Destacamos ainda o Fundo Solidário Cerrado da Central de Comercialização de Economia Solidária de MT, que reúne sete empreendimentos e tem potencial para ampliar a participação de outros grupos tanto de Cuiabá quanto do estado.

OS FRS DO DF E DO ENTORNO juntos têm como elemento comum terem sido apoiados pelo projeto Bazares da Cáritas, o que, em sua maioria, contribuiu para o fortalecimento e a constituição de um fundo nos empreendimentos, possibilitando estruturar espaços e processos produtivos e de comercialização. No DF foram acompanhados seis grupos, cujo fundo solidário foi constituído em sua maioria em meados do ano de 2011 por meio de um lote de tecidos e outros produtos da Receita Federal comercializados em bazares.

Outro ponto de destaque das ações do projeto é o fomento de dois importantes fundos solidários: um vinculado ao Fórum Distrital de Economia Solidária (FES-DFE) e outro da

ação de comercialização do Circuito Ecosol DF. O Circuito é um conjunto de atividades de comercialização, formação, integração, planejamento e ação coletiva. Fazer o Circuito é planejar e colocar em prática ações em parceria, como oficinas, feiras, mutirões e muitas outras ideias. Participam dessas ações empreendimentos econômicos e pessoas solidárias que se identificam com os valores da ecosol.

Uma iniciativa no campo da cultura e da juventude a merecer destaque é o fundo solidário da Família Hip Hop, que durante o trabalho com o FS-CO e outros parceiros conseguiu fortalecer e promover a ação da Serigrafia Moinho de Vento, estruturar melhor o espaço cultural Moinho de Vento, retomar as ações da Escola de Formação Política e aumentar o recurso disponível no próprio FS. O coletivo é muito ativo no debate da cultura, da juventude e do direito à cidade no Distrito Federal.

EM MATO GROSSO DO SUL FORAM ACOMPANHADOS OITO GRUPOS com uma característica predominante: a vinculação com o meio rural, a agricultura familiar e as comunidades indígenas, demonstrando o potencial do estado no âmbito da organização popular do campo e uma riqueza cultural e social impressa nos produtos advindos dos grupos.

É válido salientar o quanto os grupos valorizam a terra e têm na semente um dos maiores recursos de suas finanças solidárias. Os bancos de sementes têm presença marcante entre os grupos acompanhados no estado. A semente é a "moeda" mais valorizada entre os grupos que têm na agricultura sua fonte de vida. Nas relações socioeconômicas que envolvem sementes o valor não é medido em peso, quantidade ou qualidade da semente, mede-se o valor pelo potencial de transformação da semente nas mãos que têm acesso aos bancos de sementes. O que vai brotar da terra definirá como, quando e quanto será devolvido ao banco de sementes para que outros possam acessar.

Estabelecem-se aqui pactos de confiança baseados na consciência de cada um em prol do coletivo. A experiência da Escola de Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues pode ilustrar muito bem esse processo de vivência da semente como recurso. Outra experiência marcante é a da Terra Indígena de Nioaque, formada por quatro aldeias, sendo três (Brejão, Taboquinha e Cabeceira) envolvidas no trabalho do projeto. O trabalho com fundo solidário possibilitou a rearticulação de uma feira da agricultura familiar na aldeia Brejão e fortaleceu os processos de trabalho da agroindústria da aldeia Cabeceira. Ambas as aldeias têm associações cujo valor principal é fortalecer o protagonismo das mulheres indígenas. Elas conseguiram aprovar em 2016 um projeto no 1o Edital DGM Brasil – Fundo de Investimento Florestal (FIP) (www.dgmbrasil.org.br) para a construção de uma cozinha multiúso na aldeia Brejão.

CAPÍTULO 4

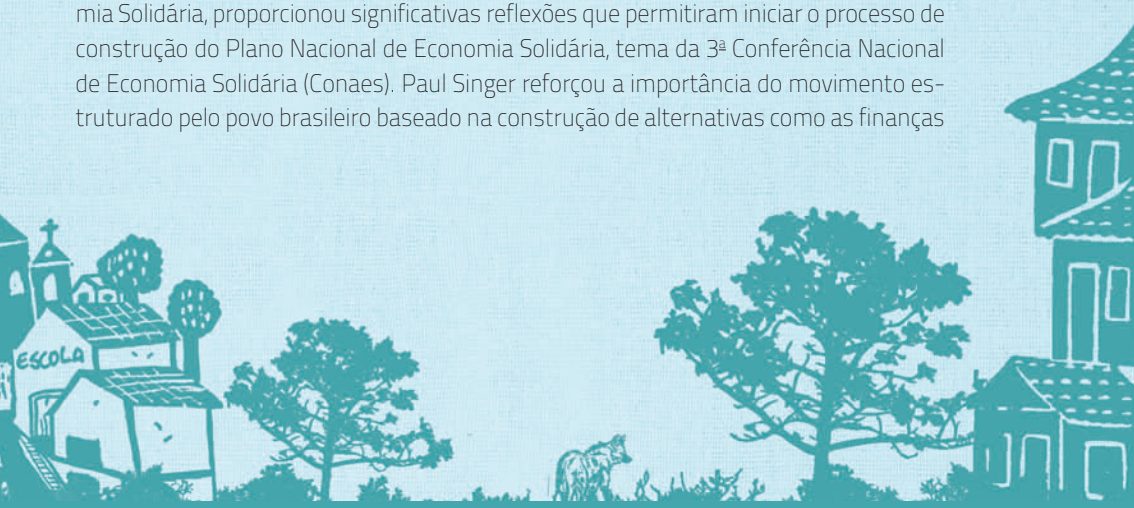
Fundos solidários e sua trajetória de avanços

As finanças solidárias no Brasil, segundo mapeamento realizado em 2013, contam com cerca de 566 fundos solidários ligados a experiências urbanas e rurais, que tem contribuído na geração de renda para as comunidades empobrecidas do país.

Ao longo da trajetória do Movimento de Economia Solidária destacam-se momentos importantes. As plenárias e as Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes) foram espaços cruciais e legítimos de aprofundamento do debate sobre a importância das finanças solidárias como bandeira de luta do movimento.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) ressaltou, durante a V Plenária Nacional (2012), o crescimento e o fortalecimento das finanças solidárias, com destaque das experiências de fundos solidários, cooperativismo de crédito solidário e bancos comunitários de desenvolvimento. A plenária teve como tema Bem Viver, Cooperação E Autogestão Para Um Desenvolvimento Justo E Solidário e reuniu cerca de quinhentos trabalhadores de todo o país.

Em abril de 2014, na cidade de São Paulo, ocorreu a Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária. Este momento, organizado pelo Comitê Temático de Crédito e de Finanças Solidárias, espaço que subsidia e orienta o Conselho Nacional de Economia Solidária, proporcionou significativas reflexões que permitiram iniciar o processo de construção do Plano Nacional de Economia Solidária, tema da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Paul Singer reforçou a importância do movimento estruturado pelo povo brasileiro baseado na construção de alternativas como as finanças



solidárias, e tantas outras formas de solidariedade no campo econômico, para superar a pobreza e a miséria. Afirmou que as leis e os governos, mesmo os simpatizantes da economia solidária, são relevantes, mas têm um papel secundário, pois o mais poderoso é o movimento da sociedade civil, das organizações do povo. Disse ainda que o formato de sociedade que se deseja não deve ser imposto, mesmo que seja o melhor para o povo, pois este tem o direito de escolher se deseja trabalhar de maneira cooperativada ou assalariada.

Tanto no âmbito nacional quanto no territorial, conferências, plenárias, seminários, oficinas e rodas de conversas foram espaços nos quais identificamos, por meio de diálogos com as iniciativas de fundos solidários de todo Brasil, os avanços das finanças solidárias e, em especial, dos fundos solidários, com base na realidade das comunidades. Esses avanços demonstram a dimensão extraordinária que essas iniciativas têm no campo do desenvolvimento territorial sustentável.

Podemos destacar, por meio das ações dos fundos solidários, avanços que alavancaram e transformaram a realidade das iniciativas de economia solidária na Região Centro-Oeste.

4.1 Reconhecimento dos FS nas finanças solidárias

Em razão da quantidade de iniciativas, da diversidade, dos tamanhos, das abrangências, visibilizados em um primeiro momento pelo mapeamento de 2012 e na continuidade das ações de apoio e fomento, os fundos solidários são reconhecidos como instrumentos de financiamento capazes de apoiar o desenvolvimento territorial sustentável e um campo representativo das finanças solidárias no país. As representações das articulações de fundos solidários, sejam as redes, sejam as organizações de fomento, foram presenças constantes nos espaços de diálogo e construção da política pública para este segmento na região e no país. Destacamos neste contexto a presença das iniciativas do CO nos espaços de articulação e debate deste campo – uma novidade em relação à primeira etapa do programa. É importante ressaltar que as iniciativas de finanças solidárias têm uma mesma base de organização – a iniciativa de pessoas, de comunidades, de coletivos e de empreendimentos na mobilização de recursos (monetários ou não) para a formação de uma poupança objetivando financiar suas próprias demandas e necessidades.

4.2 Identificação das iniciativas de FS na Região Centro-Oeste

Em 2012/2013 foram mapeadas 81 iniciativas de fundos solidários de autogestão comunitária e 11 organizações de fomento a essas iniciativas. Chama atenção a presença de fundos solidários urbanos em contraponto com as demais regiões do país, onde é mais significativa a presença dos fundos na área rural. Foi possível identificar, com o apoio dos Fóruns Estaduais de Ecosol da região, mais iniciativas de gestão comunitária para além das mapeadas. Com o projeto identificamos novas iniciativas. Entretanto, é preciso realizar novas visitas e atualizar as informações com os grupos mapeados. Uma alternativa para isso pode ser o preenchimento do Cadsol (Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários), inclusive quando o FS não é a atividade econômica principal.

4.3 Visibilidade dos fundos solidários

As organizações que trabalham com FS se destacaram no controle social das políticas públicas, específicas da economia solidária ou não, e no reconhecimento pela sociedade civil por meio da participação das iniciativas em feiras, intercâmbios, mostras, comercialização e formação/capacitação, ajudando na articulação e na visibilidade de iniciativas autogestionárias. Foi possível levar o debate sobre FS para fóruns de ecosol, Rede CFES CO, gestores públicos, universidades, incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, institutos federais, além de criar espaços próprios de formação junto a um público ampliado. Nas ações diretamente promovidas pelo projeto contabilizamos a participação de 157 organizações, mais do que o dobro assumido inicialmente no projeto (setenta). Participaram de alguma ação do projeto 76 empreendimentos, 22 entidades de apoio, 14 representantes de órgãos governamentais e 14 de movimentos sociais e outras organizações. Outro fator importante que contribuiu para a visibilidade dos fundos desta região foram as publicações, os vídeos e os artigos produzidos. Destacamos ainda o FRS Rede UVA, que foi reconhecido como Boa Prática de Finanças Solidárias da Região Centro-Oeste (prêmio dado pelo BNDES) e foi objeto de estudo de uma publicação realizado pelo Núcleo de Economia Solidária (Nesol)/USP.

4.4 Crescimento de iniciativas de FS

Houve aumento de EES nesta região que utilizam os fundos solidários como estratégia para estimular sua articulação em redes e cadeias produtivas, promovendo melhoria na produção, na comercialização e na distribuição de renda, que são compartilhadas por meio de gestão democrática e autogestionária, fruto da ação dos próprios fundos



já existentes e da necessidade de os grupos organizarem melhor suas finanças. Destacamos a estratégia da Rede UVA em estimular que cada EES que a compõe crie seu próprio fundo solidário. Com apoio do projeto e do Núcleo de Políticas para a Economia Solidária da Prefeitura de Tangará da Serra/MT, a Associação Girassol (Rede UVA) tem fornecido assistência técnica para a estruturação de novos fundos rotativos solidários (FRS) na sua região, entre eles podemos citar: FRS Caju (Caminhando Juntos), no Assentamento Antônio Conselheiro (Barra do Bugres/MT); FRS Manga (Mulheres Agricultoras Numa Grande Ação), no Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II; FRS Nova Canaã, no Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol I; e também o FRS Caja (Catadores Andando Juntos Ambientalmente), da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (Coopertan).

4.5 Apropriação do debate sobre finanças solidárias e instrumentos para gestão financeira

Percebe-se na finalização do projeto, em comparação com seu início, uma maior apropriação e interesse dos participantes sobre o tema finanças solidárias e fundos solidários. Por meio dos debates com os participantes – compreendendo melhor as diversas estratégias e formas de organização dos fundos solidários do Centro-Oeste e de outros

estados (por exemplo, a Rede de Fundos Solidários do Rio de Janeiro) – foi possível entender e visualizar melhor o ciclo que os recursos fazem (ou precisam fazer) para a saúde dos EES e para transformar economia em poupança. Este é um campo pouco explorado na gestão. Um debate marcante e constante foi sobre como as finanças se articulam no dia a dia do EES com outras atividades econômicas e em rede. Nas palavras de Odília Rogado (Rede Berço das Águas – GO), sendo o fundo uma atividade meio para algo e não um fim em si mesma, "não faz sentido debater fundo de maneira isolada, queremos falar sobre fundo solidário, com produção, com a comercialização, com o consumo".

Ao visualizar melhor suas necessidades, foi possível para os grupos aprimorar regimentos internos, planilhas de gestão, entre outras ferramentas. Alguns grupos não haviam ainda elaborado seu regimento interno do fundo solidário, sendo papel do projeto levar sugestões, sistematizar a prática do grupo e traduzi-la em um documento.

Na Região Centro-Oeste, os próprios empreendimentos econômicos solidários têm se destacado na gestão dos recursos captados por diversas fontes. Observa-se um crescimento organizacional e um protagonismo das pessoas envolvidas ao receberem um recurso, fazendo com que este seja gestado de forma coletiva e atenda aos princípios da economia solidária.

4.6 Incidência no processo de desenvolvimento territorial e sustentável

No Centro-Oeste, as práticas de finanças solidárias, em especial dos fundos solidários, têm contribuído para o processo de desenvolvimento territorial e sustentável das redes e das organizações sociais. As iniciativas de fundos solidários desta região têm comprovado que a junção de recursos naturais, sociais e monetários, sob a gestão de um grupo ou comunidade, é um fator fundamental para o desenvolvimento territorial de dentro para fora, inclusivo, sustentável e solidário.

Neste campo, a principal estratégia junto aos empreendimentos foi incentivar parcerias e articulação entre os grupos com afinidades político-culturais e/ou das atividades econômicas, principalmente os mais próximos entre si. Em comum entre os territórios, o projeto trouxe a elaboração dos "Planos de Desenvolvimento da Articulação Territorial com base nas Finanças Solidárias", o debate coletivo sobre estratégias de desenvolvimento que passam pela articulação política e econômica dos empreendimentos para captar recursos interna e externamente para serem aplicados nos processos por eles planejados de forma integrada.

Como destaque, o FS-CO fortaleceu o debate sobre as finanças solidárias e a identidade dos grupos no território Corredor do Extrativismo em MS. Em 2010, o Ceppec lançou

a proposta de criação do corredor, que envolve 11 municípios do estado. A proposta do território é integrar pessoas e organizações que trabalham com o extrativismo no Cerrado e fortalecer a agricultura familiar e a economia solidária no estado. A articulação desses grupos aponta para a construção de um fundo solidário para fomento do território.

A articulação territorial do Fundo UVA em Tangará da Serra (MT) envolve uma diversidade de iniciativas que vão desde a semente da agricultura familiar (para a produção) até a gestão dos resíduos sólidos realizada pelo EES de catadores. Tem-se a oportunidade de integração de uma diversidade de segmentos, nos mais variados arranjos e parcerias em um mesmo município. Entretanto, o processo de desenvolvimento e articulação territorial, na perspectiva da construção da rede solidária, é bem mais amplo e envolve empreendimentos de Barra do Bugres, Juína e Porto Estrela.

4.7 Captação de recursos: abertura de editais para FS

As iniciativas de fundos solidários da Região Centro-Oeste têm buscado capacitações e formações sobre elaboração de projetos para que possam ter recursos disponíveis para seus fundos. Diversas experiências (rurais e urbanas) conseguiram acessar recursos: BNDES, Cáritas Brasileira, Cese, Fundação Luterana de Diaconia, Fundo Casa, Fundação Banco do Brasil, Fundo Nacional de Solidariedade e Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP), entre outras fontes de recursos monetários específicos para fomento dos fundos solidários.



Vale destacar que o papel do projeto FS-CO de assessoramento direto às iniciativas de fundos foi fundamental para captação desses recursos por meio de apoio direto na elaboração dos projetos, oficinas de formação e seminário específico, que tratou sobre o tema do financiamento. Em maio de 2016 foi realizado o Seminário Regional de Finanças Solidárias: Fontes de Financiamento Público e Privado. Mobilizamos ao longo do projeto aproximadamente R$ 600.000,00 (40% do valor global do projeto conveniado com a Senaes).

4.8 Empoderamento de mulheres, juventude, comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares e indígenas na construção dos FS

As mulheres, a juventude, as comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares e indígenas na Região Centro-Oeste são herdeiros de uma sabedoria e de uma luta incansável pela harmonia do ser humano e pela natureza.

Nessas iniciativas destaca-se o papel transformador desses povos, que possuem uma peculiaridade na organização de seus fundos solidários: eles não consideram o valor monetário uma fonte de recursos, mas enxergam outras fontes de recursos, tais como nascentes de água, sementes e outros mecanismos que fazem gerar renda e melhoram o lugar onde vivem. Destacamos aqui o grupo de jovens da comunidade Bom Sucesso – Nazário/GO, que a partir da assessoria do projeto se aproximou mais da gestão da Aprobom, elaborou e captou recursos para projeto próprio de beneficiamento de castanha de baru.



4.9 Fomento para formação e aquisição de matéria-prima

Para atender às necessidades das comunidades, as iniciativas econômicas solidárias têm criado diferentes linhas e formas de financiamento por intermédio dos fundos solidários com o objetivo de garantir dois aspectos fundamentais para o fortalecimento:

formação: dar suporte financeiro para as pessoas dos EES terem acesso a cursos, capacitações e ingresso às universidades por meio de crédito solidário;

aquisição de equipamentos e materiais: suporte financeiro para os grupos adquirirem matéria-prima e equipamentos para aumentar e melhorar a produção. Podemos citar como exemplo o mapeamento realizado pelas organizações do Estado de Goiás juntamente com parceiros, que permitiu identificar no estado equipamentos parados e repassá-los a grupos com esta demanda. Esta é outra forma de captação de recursos. A Ascorquileia, associação da Comunidade Quilombola de Levantado em Iaciara/GO, recebeu a primeira doação desta ação. Em uma oficina do projeto, no levantamento de demandas, uma participante se dispôs a fazer contato com outra associação que tinha o equipamento necessário ao funcionamento de uma casa de farinha. Ao receber o equipamento, a comunidade promoveu uma festa para levantar recursos para a construção da estrutura da casa.

4.10 Protagonismo perante os governos

Destaca-se o papel dos fundos solidários desta região perante aos governos municipais, estaduais e federal, garantindo o protagonismo das iniciativas e conseguindo avançar na organização independente de recursos vindos destas instâncias.



As organizações de FS têm buscado parceiras estratégicas que garantam sua sustentabilidade e compromisso com as comunidades por meio de captação de recursos em outras fontes de recursos que não as governamentais. Algumas iniciativas têm buscado apoio financeiro em ONGs, igrejas e outros países.

A 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária – nas suas etapas locais, estadual e nacional – teve o protagonismo dos representantes de fundos solidários nos debates sobre o eixo temático finanças solidárias. No caso de Mato Grosso, eles foram responsáveis pela realização das próprias conferências locais. Na sequência, os fundos solidários da região têm realizado ações de incidência para elaboração e execução dos Planos Estaduais de Economia Solidária.

Outro ponto que se relaciona a esta visibilidade e incidência é a participação da representação da região no Comitê Nacional de Finanças Solidárias, assim como a participação de representantes de experiências de fundos solidários nos conselhos estaduais de política pública de economia solidária, no Comitê Gestor do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol) e no Conselho Gestor dos Projetos de Ação Integrada da política de economia solidária, executados pelos governos dos estados.

Neste período do projeto, com a colaboração deste e dos empreendimentos que trabalham com FS, destacamos a conquista do Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno, que a partir do Circuito Ecosol DF conquistou junto à Secretaria Adjunta do Trabalho o espaço para implantar o primeiro Centro Público de Economia Solidária da capital do país. Em uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre a política de economia solidária, em junho de 2016, o movimento recebeu a notícia do espaço de gestão compartilhada entre o fórum e a secretaria de governo.

4.11 O processo de formação e assessoramento técnico

A metodologia aplicada para a gestão dos fundos solidários é embasada nos princípios da economia solidária e da educação popular. A educação popular tem sido um instrumento primordial neste trabalho, pois atende às expectativas da comunidade, que é praticar concretamente os princípios da economia solidária com os trabalhadores.

Os processos de formação e assessoramento técnico, que vão desde a elaboração do regimento interno até a prestação de contas e a organização das reuniões de trabalho, são embasados na educação popular. Essa metodologia garante que essas comunidades pratiquem no seu dia a dia a autogestão, a cooperação, a democracia, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente.

Destacamos os intercâmbios (regionais e estaduais), quando foi possível abrir espaço para troca de experiências na forma de gestão dos fundos solidários do Centro-Oeste. Ao considerar a proposta de Paulo Freire de que a construção do conhecimento se

dá na articulação entre teoria e prática e como troca de saberes entre os sujeitos da aprendizagem, percebemos que o intercâmbio de experiências tem o potencial de nos envolver no olhar e no agir do outro, ao mesmo tempo em que nos permite refletir sobre como lidamos com nosso próprio contexto. Assim, tornamo-nos sujeitos "aprendentes". Há uma intencionalidade pedagógica no reconhecimento e na valorização do outro e de sua experiência com base em sua legitimidade como sujeito. Cada pessoa envolvida em um intercâmbio se coloca como sujeito de aprendizagem. Tais reflexões colocam as pessoas envolvidas nessa atividade em uma dupla dimensão: espectadores e agentes da sua experiência e da experiência do outro.

Outro destaque foram os encontros e seminários, utilizados para definição de ações estratégicas para o desenvolvimento dos grupos e redes com base na reflexão sobre a análise do cenário e do contexto. Esses momentos direcionaram tanto as estratégias político-pedagógicas dos processos formativos e de incidência política junto ao poder público.

4.12 Abertura de editais específicos de apoio e fomento aos FS

Nos últimos dez anos, o governo brasileiro, em âmbito nacional, aproximou o diálogo com o Movimento de Economia Solidária por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que, na medida de suas condições, conseguiu elaborar editais específicos para atender a uma parte das necessidades dos fundos solidários. Em especial destacamos o próprio projeto FS-CO, executado pelo Centro de Estudos e Assessoria (CEA) em convênio com a Senaes, que garantiu formação, articulação e fomento de trinta iniciativas de fundos solidários na Região Centro-Oeste, além do fomento à pauta na região.

Segue ainda como desafio nos editais públicos a inclusão da modalidade de recursos de investimento direto para os fundos solidários ou mesmo para investimentos nos empreendimentos produtivos, de comercialização e consumo que participam dos FRS e suas respectivas redes. Um passo nessa direção foi dado em 2015 pelo Comitê Nacional de Fundos Solidários, do qual o CEA faz parte, que solicitou à Senaes/MTb que fosse pedida orientação à Consultoria Jurídica da Corregedoria-Geral da União (Conjur/MTb/CGU) sobre "transferência voluntária de recursos da União para organizações da sociedade civil (OSCs) com a finalidade de constituição e manutenção de Fundos Rotativos Solidários (FRS) que permitam apoiar microprojetos comunitários de infraestrutura, trabalho e de melhoria de renda para população em situação de pobreza" (Nota Técnica n. 97/2015 Senaes/MTb). O resultado da análise da Conjur/MTb gerou um documento de 82 páginas com a seguinte conclusão: não há nenhum embargo legal que impeça essa transferência pela União, mas também aponta a inexistência de lei

que viabilize essa autorização. O documento sugere que para tornar essa transferência juridicamente viável seja editada uma lei.

Em 2011, a Senaes/MTb lançou a chamada para o poder público apresentar propostas para o Programa Ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário, e tivemos projetos aprovados nos três estados do Centro-Oeste e no Distrito Federal:

Estado	Órgão conveniado	N convênio (Siconv*)	Valor global	O que prevê	Situação no Siconv
MS	Funtrab	**761.679/2011**	R$ 2.780.560,88 Contrapartida*: R$ 277.744,07	Seminários de sensibilização e mobilização. Reforma e adequação da Central de Comercialização da Ecosol de MS. Formação e assessoria técnica. Finanças solidárias: contratação de agentes de crédito e cinco oficinas de fundos rotativos solidários. Ações para organização da comercialização solidária.	Em execução
MT	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar	**774.178/2012**	R$ 1.929.000,00 Contrapartida*: R$ 192.900,00	Elaboração do Plano Estadual de Ecosol. Adequação e estruturação do Centro Público de Economia Solidária de Cuiabá. Fomento e assessoria técnica às entidades de apoio e empreendimentos econômicos solidários para atuação em rede de cooperação entre os municípios do território para organização de feiras populares para a comercialização nos territórios. Capacitar cinquenta técnicos para prestar assessoria em análise econômica e comercialização aos empreendimentos econômicos solidários já existentes e prestar assistência técnica na incubação de novos empreendimentos de economia solidária nos territórios. Assessoria especializada para diagnóstico, formação e implantação do fundo rotativo.	Em execução

GO	Secretaria de Estado Cidadania e Trabalho	**089.232/2013**	R$ 3.200.000,00 Contrapartida*: R$ 500.000,00	Formação/capacitação/ assessoria técnica. Implementação de cinco espaços multifuncionais (Centros Públicos de Economia Solidária). Incubação de 15 empreendimentos (comércio justo e solidário, captação de recursos e acesso a mercado institucional). Seis planos de negócio, um mercado central, seis feiras territoriais e uma feira estadual. Aquisição de veículo. Diagnóstico dos EES. Publicação.	Em execução
GO	Prefeitura Municipal de Goiânia	**723.932/2009**	R$ 717.090,44 Contrapartida: R$ 317.090,44	Construção e estruturação de um Centro Público de Economia Solidária. Qualificação profissional de sessenta pessoas (controle financeiro, contabilidade, técnicas de gestão e produção).	Em execução
DF	Secretaria de Cultura	**047.750/2011**	R$ 2.541.695,76 Contrapartida**: R$ 504.000,00	Implantação de cinco pontos de comercialização, consultoria de comércio justo e solidário, assistência técnica. Finanças solidárias: formação.	Em execução
TOTAL			**R$ 11.168.347,08**		

*Siconv – Sistema de Convênios/contrapartida – valor colocado pelo governo local.

Com exceção do projeto de Goiás, todos os projetos propuseram ações no campo das finanças solidárias (essencialmente formação geral). Boa parte do público que participou do FS-CO estava envolvida no acompanhamento desses projetos, em parte para controle social via fóruns de economia solidária e em parte para que as redes pudessem receber assistência técnica e investimento. Em Mato Grosso, por intermédio do Conselho Estadual de Economia Solidária foram possíveis a revisão do plano de trabalho do projeto e a inclusão de ações de implantação e assessoramento a fundos solidários. Em Goiás, o projeto FS-CO apoiou uma discussão estadual que reuniu propostas e reanimou o comitê gestor do projeto.

De retorno da avaliação geral da execução do programa debatido em seminário promovido pelo projeto FS-CO, foram pontuadas as seguintes questões observadas na implantação e na execução dos projetos pelo poder público: 1) dificuldade de entender

a política de economia solidária; muitos têm clareza quanto à importância das ações, mas falta compreender como operacionalizá-las. 2) Dificuldade na gestão de processos (formação, assessoria, pessoal, intercâmbios, viagem, etc.). Há o costume de se fazer licitação para comprar equipamentos, e ao aplicar este modelo nos projetos da ecosol são encontradas sérias dificuldades, que influenciam na qualidade do trabalho. 3) Dificuldade da gestão pública em aceitar apoio e orientação das organizações que já executam este trabalho. Ela alega não trabalhar junto por não conhecer as organizações ou porque estas são constituídas por pessoas identificadas com determinadas linhas políticas. Afirma ainda que não trabalha porque as organizações exercem muito controle. 4) Outro problema é que as pastas mudam mais do que os governos – quando começa a avançar o trabalho, cai a secretária e muda toda a equipe. 5) As secretarias, no geral, não estão dotadas de estrutura para realizar as atividades pertinentes à economia solidária. Não se consegue, com base em sua estrutura, alavancar programas. As próprias secretarias de trabalho, excetuando-se o Sine e as políticas tradicionais de emprego, muitas vezes só sabem fazer qualificação profissional. Às vezes o trabalho cai nas mãos de uma pessoa que só trabalha com eventos. 6) Na terceirização do trabalho do projeto nem sempre os produtos contratados são bem estruturados. Nos editais, a especificação do produto a ser entregue é deficiente dando margem a interpretações do que se espera. Na contratação das empresas, a prioridade é o menor preço, e não a qualificação técnica. As empresas contratadas precisam apenas entregar o produto, e como normalmente não está claro o que se quer, elas entregam o que querem.Neste ponto os fundos solidários e a própria economia solidária no Centro-Oeste encontram um grande desafio na garantia do acesso à política pública e sua efetivação.

4.13 Fortalecimento e consolidação da rede nacional e das redes locais/estaduais

O reconhecimento, a credibilidade e a legitimidade institucional dos fundos solidários pelo Movimento de Economia Solidária e outros movimentos sociais têm consolidado as experiências de redes locais/territoriais.

A discussão tem se fortalecido nos estados a partir das necessidades dos fóruns locais/territoriais, que buscam recursos e geram fundos solidários coletivos para garantir reuniões territoriais e ou estaduais, formação para os empreendimentos econômicos solidários e outras necessidades identificadas por cada fórum. Essas iniciativas resultam no fortalecimento e na consolidação da Rede Nacional de Fundos.

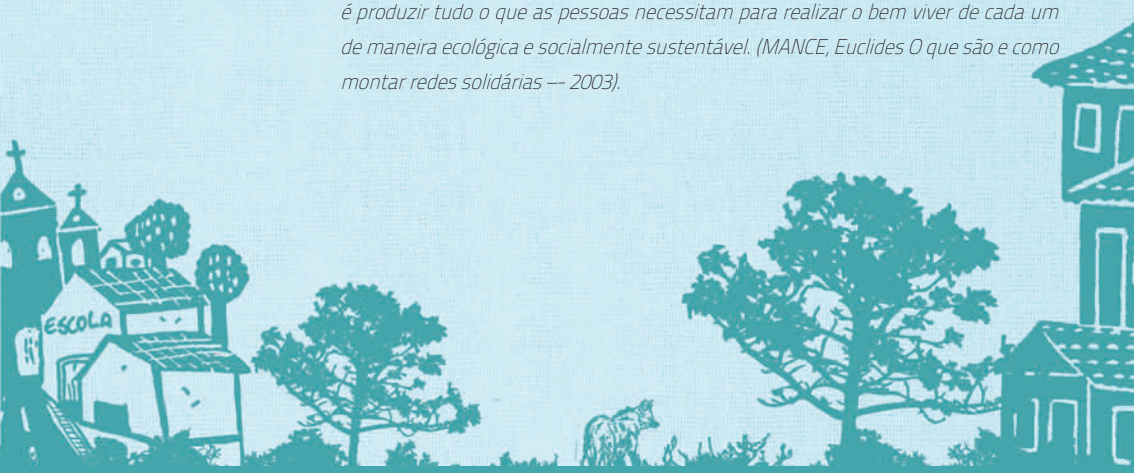
CAPÍTULO 5
Atuação em rede

5.1 O que é rede?

A palavra rede tem origem no latim rete, is, isto é, "rede ou teia". Quando falamos em rede, logo surge a ideia de rede de pescar, rede de dormir, rede elétrica, rede de computadores ou até teia de aranha. Se observarmos bem, todas essas redes têm em comum acolher, agregar, unir e conectar pontos e pessoas.

Encontra-se na economia solidária uma diversidade de redes, seja no âmbito da produção, seja no da comercialização, do consumo ou das finanças solidárias. Como referencial no estudo e na organização de redes para o desenvolvimento territorial, destacamos o trabalho de Euclides Mance, que afirma:

> *A rede de colaboração solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços. Isto permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui o volume e o número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isto que a riqueza produzida na rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem viver de cada um de maneira ecológica e socialmente sustentável. (MANCE, Euclides O que são e como montar redes solidárias –– 2003).*



A construção do bem viver por meio da articulação das ações da economia solidária em forma de redes tem tomado força para a luta por melhores condições de vida nas comunidades. A vida de uma rede depende da participação ativa de seus atores, sendo permanente a conexão de fluxos materiais (produtos, insumos, etc.), de informação e de valores que circulam entre si. Sua existência é para atender às necessidades de uma comunidade local, garantindo os direitos básicos como alimentação, saúde, educação, cultura, segurança, entre outros. O processo organizacional de uma rede de economia solidária deve respeitar a diversidade e garantir uma gestão democrática pautada nos princípios da economia solidária.

5.2 Rede Nacional de Fundos Solidários

Nas últimas discussões, seja nas plenárias, seja nas conferências e por fim no intercâmbio nacional do projeto, incluído na programação do 3º Seminário Nacional de Fundos Solidários realizado em Brasília-DF no mês de outubro/2016, as iniciativas de fundos solidários de todo o país afirmaram que para garantir as conquistas e o avanço deste segmento é importante a criação da Rede Nacional de Fundos Solidários.



A construção da Rede Nacional de Fundos Solidários é um passo que concretiza todo o processo vivenciado nas comunidades locais, além de potencializar e fortalecer as experiências de economia solidária.

A rede nacional é um instrumento de articulação e fortalecimento das iniciativas de fundos solidários. Terá o papel de identificar, mapear e articular as experiências de fundos solidários já existentes por todo Brasil visando divulgar e potencializar essas experiências e fomentar a constituição de novas práticas nessa área.

De acordo com os projetos regionais executados no âmbito do Programa Nacional de Finanças Solidárias, foram identificadas várias experiências de redes locais/territoriais em todo o país. A Região Centro-Oeste compõe essa rede nacional com iniciativas de redes territoriais nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e tem buscado consolidar e fortalecer outras iniciativas para compor essa articulação.

5.3 Eixos de ação da rede nacional

As ações de uma rede nacional têm como intuito fortalecer e estreitar laços e diálogos entre diversos atores que trabalham com os fundos solidários em suas comunidades. Dentre as ações debatidas durante o seminário nacional foram destacadas as seguintes:

1. Incidência política pública: articulação e incidência política em âmbito estadual, municipal e federal por meio do aprofundamento do debate sobre o papel da rede de fundos para o desenvolvimento territorial sustentável.
2. Captação de recursos de fomentos para as redes: elaboração de projetos estratégicos que garantam a sustentabilidade financeira da rede.
3. Realização de intercâmbios e troca de experiências: articulação de experiências que garantam o diálogo, a formação e o conhecimento-recurso.
4. Assessoramento sobre finanças solidárias: formação específica sobre financiamento, reforçando o protagonismo da base.
5. Marco legal: fortalecimento de leis municipais, estaduais e federais que garantam fundos solidários e que sejam beneficiados os empreendimentos de economia solidária considerando as múltiplas escalas.
6. Formação sobre os princípios da economia solidária: reforço aos princípios de autogestão, cooperação, democracia, solidariedade e respeito ao meio ambiente junto às iniciativas de fundos solidários.
7. Fortalecimento dos processos de articulação: garantia da articulação de forma democrática entre os integrantes da rede.

8. Potencialização do desenvolvimento territorial sustentável: dar suporte às ações que promovam outro desenvolvimento.

9. Criação do fundo único Rede Brasileira de Fundos Solidários: elaboração de editais por regiões, estados e municípios, os quais serão destinados a apoio técnico, capacitação e fortalecimento institucional.

5.4 O papel dos atores dos FS em uma articulação em redes

Nas iniciativas de fundos solidários destacam-se os atores que desempenham papéis que constroem um novo jeito de organizar e distribuir recursos monetários e não monetários.

Algumas ações fazem com que esses atores possam, de forma coletiva, gerar em suas comunidades melhores relações e condições de vida. Dentre as inúmeras ações destacamos:

- agrupar e reunir as pessoas da comunidade, buscando desenvolver em cada uma a responsabilidade e o protagonismo na melhoria de vida do coletivo;
- criar espaços coletivos de gestão, formação, produção, comercialização e finanças solidárias;
- identificar as ameaças à comunidade (atuais e futuras) e as oportunidades desta;
- apontar caminhos e soluções que amenizem as ameaças e planejar coletivamente ações que revertam este quadro;
- definir coletivamente os planos de ação, integrando as pessoas da comunidade de forma participativa tanto na elaboração quanto na execução;

As redes são constituídas por pessoas e iniciativas de fundos solidários que precisam desenvolver o papel de promover a inclusão social de forma democrática e participativa. Não pode haver espaço para disputas de poder, e sim para o respeito à diversidade e abertura para o diálogo.

CAPÍTULO 6

Fundos solidários e seus desafios

Com base nas ações realizadas pelo Projeto FS-CO desenvolvido pelo CEA podemos elencar alguns desafios aos fundos solidários desta região, a saber:

6.1 Desafios

6.1.1 - Avançar na articulação entre os Fundos Solidários, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e as Cooperativas de Crédito – articular e planejar ações integradas que atendam às necessidades das comunidades. Este é um desafio também proposto no Plano Nacional de Economia Solidária e que se traduz na construção do Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

6.1. 2 – Pautar as finanças solidárias na sociedade civil e nos governos – dialogar com a sociedade civil sem perder a autonomia diante do recuo de investimentos do governo federal para apoio aos fundos solidários.

6.1.3 – Avançar na discussão política sobre fundo solidário como ação estratégica de desenvolvimento territorial sustentável – articular parcerias estratégias com diversos atores para difundir o fundo solidário como instrumento transformador e gerador de recursos, trabalho e renda para as comunidades.

6.1.4 – Criar um marco regulatório das finanças solidárias – difundir nos municípios, nos estados e no Brasil referências que criem o marco regulatório.

6.1.5 – Promover maior integração entre as metodologias das finanças solidárias (fundos solidários/cooperativas de crédito/clubes de trocas/bancos comunitários).

6.1.6 – Promover formação/capacitação aos trabalhadores da economia solidária e às iniciativas de fundos solidários.

6.1.7 – Ampliar a articulação e o fomento das redes locais/territoriais de fundos solidários na Região Centro-Oeste.



Diante desse contexto, percebe-se que há muito o que avançar para o fomento dos fundos solidários na Região Centro-Oeste – um tema considerado inovador no campo das finanças.

6.2 Principais demandas

Durante a Conferência Temática de Fundos Solidários (2014), as iniciativas de finanças solidárias discutiram as principais necessidades dos fundos solidários. Atualmente tem se aprofundado o debate sobre as principais demandas que dificultam ações que garantam o financiamento dessas iniciativas, as quais consideramos:

- fortalecer o reconhecimento e a viabilidade econômica dos fundos solidários, mas sem considerar a sustentabilidade somente por este viés, pois a sustentabilidade não é somente o ato de produzir, mas tem uma relação com os campos social e político;
- fortalecer o fundo solidário como estratégia/modelo de desenvolvimento territorial sustentável para economia solidária e economia popular para além do entendimento do crédito;
- fortalecer as finanças solidárias nos campos da produção, da comercialização e do comércio justo;
- potencializar a metodologia e a proposta dos fundos no movimento da economia solidária, fortalecendo os seus EES;
- promover debates sobre finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de créditos) na sociedade civil, em movimentos sociais, redes e fóruns;
- difundir os fundos solidários como forma de viabilidade econômica para a população desprovida de acesso à informação, aos recursos públicos, à formação e ao assessoramento técnico, social e político;
- entender a sustentabilidade numa perspectiva ampla do bem viver no território, que vai além da viabilidade econômica financeira e reafirma a utilidade social das práticas da economia solidária;
- relacionar a discussão de sustentabilidade com modelo de desenvolvimento e as dimensões da sustentabilidade.

6.3 Diversidades

As iniciativas de fundos solidários da Região Centro- Oeste mencionadas anteriormente comprovam o leque diverso de expressões de organização deste segmento. Esta diversidade faz com que o movimento de economia solidária (re)pense sua forma de organização com base em elementos centrais que garantirão essa hegemonia. Para isso é preciso que as ações possam ser espaços para:

- aprofundar/incluir diálogos sobre a diversidade como forma de reconhecer as especificidades das discussões, gênero, juventude, orientação sexual, raça/etnia, egressos do sistema prisional, dentre outros;
- promover maior visibilidade dos fundos solidários existentes de participação rural, urbano, étnico racial, gênero, dentre outros;
- fortalecer a participação de gênero, étnico-racial e juventude nos processos e nas dinâmicas do semiárido, do campo e da cidade;
- valorizar a sabedoria de povos tradicionais, agricultores familiares, indígenas e quilombolas;
- ressaltar a importância de aprofundar o debate relativo às mulheres. Na economia solidária a mulher faz a diferença, age de modo diferente, gerando um novo comportamento. Por isso consideramos a temática de gênero uma das prioridades para as finanças solidárias, sem desconsiderar as demais, mas também não podemos deixar de ressaltar este tema;
- é reconhecido e deve ser fortalecido que as iniciativas de economia solidária e finanças solidárias devem valorizar as práticas comunitárias e ancestrais.

Considerações finais

Todo movimento social, e não é diferente com o movimento de economia solidária, refere-se à perspectiva de mudança social, superando as condições de opressão para a construção de uma nova sociedade.

Diante do trabalho desenvolvido nas comunidades e nas trinta iniciativas de fundos solidários da Região Centro-Oeste, fica evidente o quanto há de ser feito para construir uma nova sociedade. Para isso, é necessário trabalhar as ações de finanças de forma integrada com o movimento da economia solidária, somando esforços e forças com os fóruns locais/territoriais, estaduais e nacional.

O caminho mais seguro e forte que podemos apontar diante da instabilidade política e econômica que vivemos são as articulações em redes. É necessário criarmos mecanismos que fortaleçam as redes como espaços que garantam a unidade em sua diversidade.

Pensar em Redes de Fundos Solidários é pensar para além da sustentabilidade econômica, é uma outra lógica, é garantir o bem viver a todas as criaturas. E como diz Beto Guedes nesta luta incansável por um mundo mais justo e solidário:

> *"Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois. Pra melhor juntar as nossas forças é só repartir melhor o pão."*
>
> **Beto Guedes**



Referências

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Plano Nacional de Economia Solidária.** Brasília: Senaes/MTE, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Relatório das Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos** (**EJA**). Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Marco referencial para apoio do desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: MDA, 2005.

BARCELLOS, Anderson. **Plano de Ação para implantação das Comissões de Gestores Estaduais de Cadastro, Informações e de Comércio Justo e Solidário**. Brasília, 2015.

CARTILHA FUNDOS SOLIDÁRIOS NO CENTRO-OESTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ECONOMIA, 2013.

CARTILHA ECONOMIA SOLIDÁRIA: OUTRA ECONOMIA A SERVIÇO DA VIDA ACONTECE. CFE, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. **Economia de solidariedade e organização popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

IPEA. Comunicado n. 44. **Brasília**: impactos econômicos da capital no Centro-Oeste e no país. Brasília, 20 de abril de 2010.

MANCE, Euclides. **Redes de colaboração solidária**. Curitiba, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Marco referencial para apoio do desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília, 2005.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. MDA, STDA e IICA. Brasília, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo, 1996.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. **O que é economia**. 7. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste

PARCERIAS ESTADUAIS

GOIÁS
CENTRO DE FORMAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE (CAJUEIRO)
Rua 83, nº 361, Setor Sul, CEP: 74083-195, Goiânia-GO
Fone: (62) 3225-8095
E-mail: projetos@cajueiro.org.br

MATO GROSSO
FUNDAÇÃO BOM JESUS DE CUIABÁ
Praça do Seminário, 239, Bairro Dom Aquino, CEP: 78018-140, Cuiabá-MT
Fone: (65) 3617-7909
E-mail: fdecuiaba@yahoo.com.br

MATO GROSSO DO SUL
CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CAMPO GRANDE
Rua Cândido Mariano, nº 1.500, Centro, Campo Grande-MS
Fone: (67) 3382-4021
E-mail: central_ms@yahoo.com.br

DISTRITO FEDERAL
CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA
SGAS, quadra 601, conjunto B, L2 Sul, Brasília-DF
Fone: 61 3225 6834
E-mail: caritasdf@caritas.org.br

Esta publicação é financiada por recursos públicos.
Distribuição gratuita. Proibida a venda. Tiragem de 2.000 exemplares. Impresso no Brasil.

creative commons

Publicado sob licença Creative Commons. Alguns direitos reservados.

ATRIBUIÇÃO
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

USO NÃO COMERCIAL
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste

REALIZAÇÃO:

Centro de Estudos e Assessoria

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

PARCEIROS:

CÁRITAS BRASILEIRA

Central de Comercialização de Economia Solidária - MS

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Cáritas Mato Grosso

eco CUT

cajueiro